

CORREIO
GRANDE CAMPINAS



BEN GRIFFITHS/UNSPLASH

Diretores visitaram empresas e esclareceram dúvidas sobre adequação

Emenda da escala 6×1 leva Sindmetal Itatiba a orientar os trabalhadores

Com as mudanças previstas pela Emenda Constitucional 141, que estabelece o fim da escala 6×1 e a redução gradual da jornada de trabalho, o Sindmetal Itatiba iniciou a distribuição de informativos para orientar os trabalhadores sobre as novas regras. A ação passou por empresas como Kromberg e Schubert e BorgWarner, em Itatiba. Diretores conversaram com metalúrgicos, explicaram as mudanças e esclareceram dúvidas. Elaborado pelas Centrais Sindicais, o material detalha os prazos de implementação e o papel dos sindicatos. Promulgada em 16 de outubro de 2026, a emenda prevê dois dias de descanso remunerado por semana, sem redução salarial. A partir de 15 de dezembro, a jornada máxima cairá de 44 para 42 horas semanais. Após 14 meses da promulgação, o limite será de 40 horas. As empresas deverão adaptar escalas e horários às novas regras, conforme as particularidades de cada categoria.

Vereadora cobra execução de 2 leis municipais

A vereadora Nayla de Souza de Vinhedo solicita informações sobre as leis municipais aprovadas entre 2021 e 15 de outubro de 2026. Aprovado por unanimidade, o requerimento pede à prefeitura uma relação das normas, com dados sobre regulamentação, execução, etapas pendentes, justificativas e órgãos responsáveis. O objetivo é acompanhar a aplicação das leis e verificar quais ainda não saíram do papel. Também pede atos complementares e indica os órgãos responsáveis por sua execução no município.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE VINHEDO



O objetivo é verificar quais leis ainda não saíram do papel

S.Bárbara propõe árvores em estacionamentos

A vereadora Esther Moraes de Santa Bárbara d'Oeste propõe regras para arborização e permeabilidade do solo em estacionamentos públicos e privados com 50 vagas ou mais. O projeto prevê uma árvore a cada quatro vagas, priorizando espécies nativas e sombreamento. Novos empreendimentos deverão apresentar projeto de arborização, enquanto espaços existentes terão de três a quatro anos para se adequar. O descumprimento poderá gerar multa por árvore não plantada, renovada a cada seis meses. A medida busca reduzir os impactos climáticos.

Paulínia inaugura o seu novo Centro de Oncologia

Paulínia inaugurou o novo Centro de Oncologia, com dez cadeiras de quimioterapia e sete consultórios para atendimento especializado. A cidade também promove mutirão de mamografia nos dias 26 a 29 de outubro e 3 e 4 de novembro, no estacionamento do Hospital Municipal, com meta de 480 exames para pacientes encaminhadas pelas Unidades Básica de Saúde. O serviço atende cerca de 200 novos casos por ano.

Abertura de empresas

Americana registrou 6.942 novas empresas entre janeiro e setembro de 2026, alta de 9% ante igual período de 2025. Serviços lideraram as aberturas, com 4.649 negócios (67%), seguidos pelo comércio, com 1.138. A indústria somou 723 registros. Entre os bairros, Parque Novo Mundo liderou e em segundo por Morada do Sol com 224 novas empresas.

Plano de Habitação

Morungaba apresentou estudos para elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que orientará políticas habitacionais e a regularização fundiária. O levantamento reúne dados sobre moradias, áreas vulneráveis e uso do solo. O plano é requisito legal para acessar recursos federais e estaduais para habitação digna.

Espaço para motoboy

Vinhedo inaugurou o primeiro Espaço Motoboy do município, na esquina da Rua Felício Rossi com a Avenida da Saudade. O local oferece apoio e descanso gratuitos aos entregadores, com estrutura em contêiner. A iniciativa foi viabilizada por emenda do vereador Rodrigo Luglio e homenageia Maurício de Farias da Silva, profissional falecido.

Transporte público

O projeto do vereador Kifú de Santa Bárbara propõe proibir recusas e cancelamentos de viagens motivados pela deficiência ou mobilidade reduzida dos passageiros no transporte coletivo e por aplicativo. A proposta também veda cobranças extras pelo uso de cadeira de rodas e prevê medidas para ampliar a acessibilidade e orientar profissionais.

Leitura nas escolas

O vereador Neco Vieira (PL), de Paulínia, propõe espaços de leitura ao ar livre nas escolas municipais, com livros e estrutura para atividades pedagógicas. Ele também sugere melhorias na segurança feminina em áreas públicas, câmara hiperbárica no hospital, QR Codes informativos nas praças e semáforo no cruzamento do Parque Brasil.

Aulas gratuita de dança

O vereador Helder Pereira, de Paulínia, propõe uma Escola Municipal de Dança na região do João Aranha, com modalidades artísticas para moradores locais e de bairros próximos. Ele também solicita capacitação de motoristas para atendimento humanizado a pessoas com deficiência, rampas acessíveis nos pontos de ônibus da cidade.



RAPHAEL PENA/CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA

Lei prevê sensores para pacientes com diabetes tipo 1 atendidos pelo SUS

Nova Odessa
terá de fornecer
sensores de
glicose pelo SUS

Lei está em vigor, mas prefeitura ainda não informou quando inicia entrega

Da Redação

Nova Odessa passa a ter lei que obriga a rede pública municipal de saúde a fornecer sensores de monitoramento contínuo de glicose a pacientes com diabetes mellitus tipo 1. A Lei Municipal nº 3.939, promulgada em 22 de outubro e publicada na última sexta-feira (23), prevê a entrega do aparelho FreeStyle Libre ou de outro dispositivo similar a pessoas com diagnóstico da doença atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A medida é resultado da derrubada unânime do veto do Executivo pelos vereadores. De autoria do vereador André Faganello (Podemos), a proposta havia sido aprovada pelo Legislativo, mas foi barrada pelo prefeito. Com a rejeição do veto, coube ao presidente da Câmara, Oséias Domingos Jorge, promulgar a legislação, conforme previsto na Lei Orgânica do município.

O equipamento permite acompanhar os níveis de glicose de forma contínua, por meio de um sensor, reduzindo a necessidade de medições frequentes por punções na ponta dos dedos. O monitoramento auxilia no controle da diabetes e pode contribuir para a identificação de alterações glicêmicas, favorecendo o acompanhamento do tratamento e a prevenção de complicações.

cêmicas, favorecendo o acompanhamento do tratamento e a prevenção de complicações.

A nova lei entrou em vigor na data de sua publicação. A efetivação do benefício, no entanto, depende agora das providências do Executivo municipal para organizar e viabilizar a distribuição dos dispositivos na rede pública de saúde. O texto estabelece a obrigação de fornecimento para pacientes com diabetes tipo 1 atendidos pelo SUS no município.

Após a promulgação, Oséias Jorge classificou a medida como um avanço para a saúde pública e destacou a ampliação do acesso à tecnologia para famílias que dependem do sistema público. Faganello, autor da proposta, também ressaltou a rejeição do veto como demonstração da autonomia do Legislativo, com atenção especial às crianças que convivem com a doença.

A promulgação encerra a etapa legislativa da proposta, mas a implementação será determinante para que os pacientes contemplados tenham acesso ao equipamento. A legislação não prevê no material divulgado pela Câmara, o cronograma de distribuição na rede pública nem os procedimentos para solicitar o sensor.